



NLLC – Análise de Requisitos Mínimos

Pregão (Art. 28, I, c/c Art. 29 Lei Federal nº 14.133/2021)

Processo nº 332/2025

Órgão Solicitante: DIRETORIA GERAL

Objeto do Processo: Contratação de empresa especializada para realizar os serviços de controle de pragas e vetores, visando a desinsetização, descupinização e desratização nos prédios da Câmara Municipal de Macaé, com fornecimento de material, ferramentas, utensílios, equipamentos e pessoal, bem como atender o cumprimento às normas e padrões de higiene ambiental pela Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal.

Lei da Licitação: 14.133/2021

Tipo de Análise: Análise de Conformidade

Valor Estimado: R\$ 25.514,16 (cinte e cinco mil quinhentos e catorze reais e dezesseis centavos)

Adotado o Sistema de Registro de Preços: SIM

Por ser papel essencial do órgão de Controle Interno, conforme Lei Federal 14133/2021, bem como com fundamento nas Deliberações do TCE/RJ, passa-se a ser análise de conformidade do presente procedimento.

Fase Interna – REQUISITOS MÍNIMOS		
DOCUMENTO	CONSTA (SIM OU NÃO)	VERIFICAÇÕES/RECOMENDAÇÕES
1. Consta solicitação de demanda?	SIM.	Fl. 2.
2. Consta o Plano Anual de Contratações (PAC), nos termos do art. 3º da Resolução 2019/2023 desta Casa Legislativa?	Sim.	Fl. 07 à 10.
2.1. Há previsão de contratação no PAC?	SIM	Fl. 08.
3. Consta o Documento de Oficialização de Demanda (DOD), nos termos do art. 3º, §2º	SIM. Fl. 04 à 06.	Fl. 08.
4. Consta Estudo Técnico Preliminar (arts. 6º, XX, c/c art. 18, §1º,	SIM	Pag. 14 à 22.



PROCESSO	
Nº	332/2025
Fls	83
@ 4693-6	
ASSINATURA	



Lei Federal nº 14.133/2021)?		
4.1. Consta descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público, com os requisitos da contratação? (art. 18, §1º, I e III, Lei Federal nº 14.133/2021).	SIM	Pag. 15 e 16
4.2. Consta estimativa das quantidades para a contratação (acompanhadas das memórias de cálculo), com o levantamento de mercado, justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução, e estimativa do valor da contratação? (art. 18, §1º, IV, V e VI, Lei Federal nº 14.133/2021)	SIM	Pag. 16, 17, 18, 19, 27, 28 e 29
4.3. Consta descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso? (art. 18, §1º, VII, Lei Federal nº 14.133/2021)	SIM	Pag. 16, 17 e 18.
4.4. Consta posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina? (art. 18, §1º, XIII, Lei Federal nº 14.133/2021)	SIM	Pag. 21.
4.5. Estão atendidos todos os itens obrigatórios, ou justificados os itens não obrigatórios nos termos do art. 18, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021?	SIM	
4.6. Documentos produzidos com a data e local de sua realização, com a identificação (nome e matrícula) e assinatura do(s) responsável (is)? (art. 12, I, Lei Federal nº 14.133/2021)	NÃO	SEM ASSINATURA Pag. 22, 50, 51, 77, 80 e 81
LEGALIDADE / LEGITIMIDADE REQUISITOS MÍNIMOS		
5. Termo de Referência (arts. 6º, XXIII, c/c 40, §1º e 72, inciso I, Lei Federal nº 14.133/2021).	SIM.	Fl. 23 à 50.
5.1. Consta definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, prazo do contrato, possibilidade de prorrogação, nos termos do art. 6º, XXIII, alínea "a", c/c art. 40, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021?	SIM.	Fl. 24 e 25, 28, 30.
5.2. Consta a fundamentação da contratação nos termos do at. 6º, XXIII, alínea "b", da Lei Federal nº	SIM.	Fl. 14 à 22; 23 à 50.

ml



14.133/2021?		
5.3. O órgão se manifesta quanto a observância dos arts. 47 e 48 da LCP nº 123/06?	NÃO	Atentar-se quanto ao dever de concessão de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte previstos nos arts. 47 e 48 da LCP nº 123/06.
5.4. Consta descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto (art. 6º, XXIII, alínea "c", Lei Federal nº 14.133/2021)?	SIM.	Fl. 17 e 18.
5.5. Requisitos da contratação (art. 6º, XXIII, alínea "d", Lei Federal nº 14.133/2021)?	SIM.	Fl. 25 e 26.
5.6. Consta a descrição do modelo de execução do objeto (art. 6º, XXIII, alínea "e", Lei Federal nº 14.133/2021)?	SIM.	Fl. 35 à 37.
5.7. Consta a descrição do modelo de gestão do contrato, indicando o Gestor do Contrato e os membros da Comissão de Fiscalização? (art. 6º, XXIII, alínea "f", "e" "g", c/c art. 117, Lei Federal nº 14.133/2021)?	SIM.	Fl. 32 à 35.
5.8. Consta a descrição da forma e critérios de seleção do fornecedor (art. 6º, XXIII, alínea "h", Lei Federal nº 14.133/2021)?	SIM	Fl. 46 à 50
5.9. Consta estimativa do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado (art. 6º, XXIII, alínea "i", Lei Federal nº 14.133/2021)?	SIM.	Fl. 61 à 77.
5.10. Consta adequação orçamentária (art. 6º, XXIII, alínea "j", Lei Federal nº 14.133/2021)?	SIM	
5.11. Consta a especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso (art. 40, §1º, inciso III, Lei Federal nº 14.133/2021)?	SIM. Fl. 25.	
5.12. Elaborado pelo Gestor do Contrato (art.12, inciso I, Lei Federal nº 14.133/2021)?	SIM.	Fl. 50
5.13. Contém aprovação do Ordenador de Despesas (art. 12, inciso I, Lei Federal nº 14.133/2021)?	SIM	Fl. 51



Handwritten signature



6. Trata-se de solicitação para cumprimento de decisão judicial?	N/A	
6.1. Justificativa ou documento que comprove a ordem judicial?	N/A	
6.2. Tabela que baliza o preço em detrimento do objeto solicitado (CMED, SIGTAP, dentre outras)?	N/A	
7. Foram observadas as regras específicas dos parágrafos do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021?	N/A	
ECONOMICIDADE REQUISITOS MÍNIMOS		
8. Valor estimado das licitações (art. 23, Lei Federal nº 14.133/2021).	SIM.	Fl. 77.
8.1. Realizada com empresas fornecedoras do ramo (Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral)?	SIM	OBS: Atente-se para que a pesquisa de preços seja realizada com empresas fornecedoras do ramo. Destaca-se a responsabilidade do setor de cotação e preços para que atue conforme recomendação supramencionada.
8.2. Realizada no parâmetro de composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços, disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (art. 23, §1º, inciso I, Lei Federal nº 14.133/2021)?	NÃO	A pesquisa de mercado não usou banco de preços, ou não, foi informada a tentativa.
8.3. Realizada no parâmetro de contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive mediante sistema de registro de preços e aquelas previstas no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras do Município, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente. (art. 23, §1º, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021)?	NÃO	A pesquisa de mercado não adotou tal parâmetro, ou não, foi informada a tentativa.
8.4. Realizada no parâmetro de utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data	NÃO	A pesquisa de mercado não adotou tal parâmetro, ou não, foi informada a tentativa.

ml



PROCESSO	
Nº	332/2025
FIS	86
4673.6	
ASSINATURA	

de divulgação do edital, observado o índice de atualização de preços correspondente, contendo data e hora de acesso. (art. 23, §1º, inciso III, Lei Federal nº 14.133/2021)?		
8.5. Realizada no parâmetro de pesquisa direta com no mínimo 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital. (art. 23, §1º, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/2021)?	SIM	Feita com 4 fornecedores.
8.6. Realizada no parâmetro pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no intervalo de até 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, observado o índice de atualização de preços correspondente. (art. 23, §1º, inciso V, Lei Federal nº 14.133/2021)?	NÃO	A pesquisa de mercado não adotou tal parâmetro, ou não, foi informada a tentativa.
8.7. A pesquisa realizada com fornecedores observa os parâmetros da Lei de Licitações?	SIM	
8.8. Tratando-se de contratação direta em hipótese de impossibilidade de estimativa do valor, o preço é justificado com base em valores de contratações de objetos idênticos fornecidos ou prestado pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas por outros contratantes, públicos ou provados, no período de até 01 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo, nos termos do art. 16, parágrafo único, Decreto Municipal nº 026/2023?	N/A	
8.9. O valor estimado da contratação está materializado em orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação, contendo todas as informações?	SIM.	
8.10. O orçamento estimado está acompanhado de relatório, assinado	SIM.	Fl. 77.



md



pelo servidor responsável pela formação de preços, contendo todas as informações?		
8.11. Consta manifestação quanto à Metodologia utilizada na pesquisa de preços, justificando os critérios adotados para eventual desconsideração de preços (inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados)?	SIM	Item 2 TR.
8.12. Os preços coletados foram analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados?	SIM	OBS: O valor da empresa THV Saneamento é bastante discrepante em relação à média dos demais. A variação para baixo no valor desta empresa é de 34,27%.
8.13. Foram observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazo de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto?	SIM	
8.14. Na hipótese em que o preço estimado se dá com base em menos de três preços, consta justificativa do responsável pela estimativa com a aprovação do Ordenador de despesas?	N/A	
9. Estimativa de impacto orçamentário e financeiro (art. 16, inciso I, LRF – LCP nº 101/00) e Declaração de adequação de despesa (art. 16, inciso II, LRF – LCP nº 101/00).	NÃO	
10. Reserva orçamentária	NÃO	

RECOMENDAÇÕES:

5.3. Atentar-se quanto ao dever de concessão de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte previstos nos arts. 47 e 48 da LCP nº 123/06.

8. Atentar-se para a utilização de mais de uma fonte de pesquisa orçamentária, não limitando-se a pesquisa junto aos fornecedores, caso não alcance resultado, que informe junto ao relatório apresentado pelo setor de orçamentos.

8.1. Atente-se para que a pesquisa de preços seja realizada com empresas fornecedoras do ramo. Destaca-se a responsabilidade do setor de cotação e preços para que atue conforme recomendação supramencionada.



PROCESSO
Nº 332/2025
Fis 88
4693-6
ASSINATURA

8.12. O valor da empresa THV Saneamento é bastante discrepante em relação à média dos demais. A variação para baixo no valor desta empresa é de 34,27%.

9. Incluir a estimativa de impacto orçamentário e financeiro (art. 16, inciso I, LRF – LCP nº 101/00) e Declaração de adequação de despesa (art. 16, inciso II, LRF – LCP nº 101/00).

10. Incluir a Reserva orçamentária.

Recomenda-se a observância do artigo 7º, §1º da Lei Federal nº 14.133/21, o qual aduz que a autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Consigna-se que o Gestor acompanhe as solicitações dos órgãos a fim de averiguar, a possibilidade de incorrer em hipótese de fracionamento de despesa, destacando-se a sua integral responsabilidade sobre a economia processual e a ordenação da despesa.

Esclarece-se que a Análise dos Requisitos Mínimos deste órgão central de controle, limita-se à documentação apresentada até o momento, quanto à regularidade do pedido, nos termos da análise acima, presumindo-se que toda a documentação dos autos está em consonância com as disposições das legislações que regem a matéria, em especial, a Lei Federal nº 14.133/2021. Acrescenta-se que é de responsabilidade dos órgãos desta Casa Legislativa e a Procuradoria a análise da legalidade da solicitação.

Ressalta-se a integral responsabilidade do Ordenador de Despesas, quanto à aprovação da solicitação e à averiguação da oportunidade e conveniência no andamento do procedimento em tela.

Diante da análise acima, primando pela celeridade e economia processual, após a manifestação em tela, opino pelo prosseguimento, desde que atendidas as ressalvas, e encaminho os autos para a Diretoria de Contabilidade para manifestação, após para Diretoria de Licitações e Contratos para ciência e providências quantos as recomendações supramencionadas.

Macaé (RJ), 21 de março de 2025.

Murilo Vieira Coura
Controlador Geral - CMM
OAB/RJ 193.614 – Mat. 6321-5

